O IBGE E A REALIDADE DO MERCADO EXIBIDOR

José Inacio de Melo Souza

Em 2001 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE lançou o *Perfil dos Municípios Brasileiros*.¹ A imprensa sensacionalista deu o destaque necessário: “92% das cidades não têm cinema”, foi o título da matéria da *Folha de S.Paulo*, acrescentando que a “imensa maioria dos municípios brasileiros está privada de museus, teatros e livrarias”, como se isso fosse uma novidade somente agora descoberta pelo jornal.² A publicação com dados coletados em 1999 sobre uma variada gama de aspectos sociais, econômicos e culturais, vem acompanhada de um CD-ROM ilegível para os próprios funcionários da instituição (é uma perda de tempo, e de dinheiro, entender o funcionamento do CD-ROM; é mais fácil acessar a página do IBGE na Internet: www.ibge.gov.br/perfil). Como o Instituto não tem mais agentes para a coleta de dados nos municípios, a esses, em última análise, coube o trabalho de preenchimento dos formulários. Apesar do treinamento oferecido pelos supervisores regionais aos técnicos de cerca de 500 agências do IBGE no país, encarregados de contatar os municípios, alguma coisa se perdeu entre as etapas de transmissão e coleta dos dados. Embora não seja dito, nem todos os municípios preencheram inteiramente os questionários, deixando no ar uma pergunta sobre a validade da totalidade do trabalho. Mesmo assim, as tendências expostas pelo *Perfil dos Municípios Brasileiros* indicam números trágicos para o país e, no caso de uma área como o cinema, em decadência em termos de importância cultural e de significado social, consolida uma fissura entre o público que vinha sendo verificada nas últimas décadas.

Para a curiosidade de todos que trabalham com cinema brasileiro, causa uma certa aflição constatar que dos 645 municípios do Estado de São Paulo, dois não preencheram o formulário no quesito sobre a existência ou não de salas exibidoras, sendo que outros 215 deram como informação um sintético “ignorado”. Ou seja, há uma falha de pesquisa em mais de 30% do universo de municípios paulistas. Imaginando-se como deva ser difícil o reconhecimento de um cinema numa cidade média ou pequena, qual a validade do levantamento quanto ao item? No caso, estamos falando de São Paulo, onde se espera que as pesquisas corram melhor que em outros Estados da federação. Talvez a melhor explicação para a alta frequência de “ignorado” seja a falta de explicitação no glossário da pesquisa sobre o significado da palavra “cinema”. Enquanto se diz o que é “TV a cabo”, ou o que é “teatro ou casa de espetáculo” (termos usados nas tabelas 42 e 43), quem sabe “cinema” esteja se transformando em algo desconhecido no vocabulário corrente. No estágio atual de empobrecimento da população, as

¹.IBGE. *Perfil dos município brasileiros*: pesquisa de informações básicas municipais 1999. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

².*Folha de S.Paulo*, 18.4.2001, C11.

palavras descritoras de objetos de desejo se concentrem em shopping e videolocadora. Se 215 municípios não sabem o significado para “cinema”, ou então o desdenhem como objeto de prazer, outros 316 declararam “zero” para tal tipo de “equipamento cultural”, terminologia empregada pelos estatísticos do governo. Somando-se “ignorado” com “zero” chegamos ao número de 112 municípios paulistas “com cinema”.

O dado previsível, mas mesmo assim chocante, relaciona-se com o perfil do mercado exibidor. As salas de cinema estão presentes em apenas 7% dos municípios brasileiros (gráfico 20), compatibilizando-se com o número de shopping-centers existentes (6%, na mesma tabela, como se shopping fosse “equipamento cultural”!). A integração das redes exibidoras com os shoppings é clara, pois todos os municípios com mais de 500 mil habitantes os possuem. A correspondência entre um e outro vem sendo construída nos últimos 30 anos, e certamente a situação da exibição seria mais calamitosa se os shoppings não tivessem aparecido como a tábua de salvação. Enquanto os cinemas com as fachadas abertas para a rua, uma das marcas da urbanização moderna, foram fechados diante da fuga crescente dos espectadores citadinos, ou por medo, ou na impossibilidade de encontrar espaço para o estacionamento dos seus carros, ou pelo aparecimento de um novo tipo de espectador, o shopping os canalizou cada vez mais, oferecendo segurança e estacionamento.

O contentamento quando se verifica que pelo menos 1/5 dos municípios paulistas ainda exibam filmes aos seus moradores se desfaz ao se analisar a informação mais de perto. Refletindo-se sobre os 6% de shoppings-centers, verificamos que 8 cidades concentram quase 50% dos cinemas, justamente aquelas onde a presença dos complexos comerciais e de lazer são mais fortes. Barueri, um município que até 1990 desconhecia o que era um cinema, surge em 1999 com 10, suplantando Osasco, de quem era satélite, graças ao shopping e à uma burguesia compradora encravada em Alphaville e adjacências (poderia passar por ironia dos noticiários de televisão, mas não foi, o anúncio do seqüestrador de Silvio Santos ter sido descoberto num flat de uma “área nobre” de Barueri).

A decadência do mercado exibidor vem sendo sentida desde a década de 70. Em 1983, 273 municípios declararam possuir cinemas, sendo que em 1990, o número baixou para 150.³ Em 1983 tínhamos 544 salas abertas (127 só na capital), quando em 1990 o número tinha caído para 254 (a capital não foi pesquisada). Esses números contrastam vivamente com os do final da década de 50. Em 1959, uma pesquisa independente e preciosa de José Renato Roux, contou 400 cidades em São Paulo com salas de exibição, somando 886 cinemas e uma oferta

³.Esses números não são de responsabilidade do IBGE. Para 1983 ver *Cadastro das pesquisas culturais*, MEC, 1985, e *Censo cultural: São Paulo 1990: interior e litoral*, Secretaria de Estado da Cultura/CEPAM.

de 674.904 lugares por sessão (nem o IBGE, nem as outras pesquisas conseguiram nos informar sobre o número de lugares oferecidos).⁴ É certo que no final da década de 50, em qualquer lugar e nas duas bitolas se encontravam espectadores. Salões paroquiais, associações, clubes esportivos, entidades de ensino, auditórios de rádio ou fábricas tinham seus cinemas, fossem eles na bitola de 35 mm ou na de 16 mm. A difusão de reduções em 16 mm pelas distribuidoras facilitava a obra de evangelização do “bom cinema” ou do divertimento que podia encontrar espectadores interessados em qualquer lugar.

O que se assiste atualmente é um retrocesso ao começo do século XX, à década de 10 quando ocorreu o primeiro *boom* das salas fixas pelo Estado. Em 1916, quando a fronteira agrícola paulista ainda estava aberta, 67 cidades ao longo das ferrovias Mogiana, Paulista ou Araraquarense possuíam cinemas com uma oferta de 50.853 lugares.⁵ Isso num período em que os exibidores já tinham aprendido a sonegar informações aos órgãos oficiais. Naquele ano, na cidade de São Paulo, dos 34 cinemas existentes, somente 7 se dignaram a responder ao Departamento de Estatística.

A reconstrução do mercado exibidor vem sendo feito dentro do perfil excludente das grandes metrópoles. Os moradores dos pequenos e médios municípios provavelmente nunca mais verão um filme na tela, só na telinha da TV, motivando já a inclusão, dentro dos trabalhos de filantropia, da oferta de filmes dentro de uma “cesta básica cultural” dos “sem tela”. Os dos centros metropolitanos deverão ter um nível de vida compatível para o uso dos shoppings ou centros comerciais, sujeitando-se ao pagamento de um ingresso próximo ao das capitais européias. O ingresso caro para o padrão da sociedade brasileira (4 dólares por um ingresso nas salas da Artplex) faz parte do metro quadrado caro do shopping, por um lado, e da busca de rentabilização rápida, por outro, para um filme que só passa naquele local, já que a antiga ordem de exibição centro/bairro e capital/interior, com ingresso mais caro nos cinemas do centro da capital, foi destruída. O retorno rápido dos filmes na tela é uma necessidade posto que as outras “janelas”, como se diz no jargão, de exibição (vídeo, DVD, televisão aberta, TV a cabo), são fracas. O cinema é ainda a melhor fonte de retorno para o filme (estrangeiro, pois graças aos financiamentos a película brasileira se paga antes de ir ao cinema; a exibição, neste governo neoliberal, é um extra). Os ridículos números de espectadores alcançados pela maioria dos filmes aponta para uma concentração do mercado nas camadas de maior poder aquisitivo, já que a diversidade de importação ainda continua alta. Provavelmente, aquele que assiste ao filme é o mesmo que pode comprá-lo em vídeo ou, agora, em DVD. A condução desse processo está sendo feita pelos grandes grupos internacionais, Cinemark à frente. Das antigas cadeias

⁴.Roux. José Renato Ferreira. *Cinemas do Brasil*. São Paulo, 1960.

⁵.São Paulo. *Anuário estatístico de São Paulo, 1916*. São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1918.

exibidoras brasileiras, somente Severiano Ribeiro ainda marca uma presença significativa, enquanto aquelas voltadas para o interior, como a Empresa Teatral Pedutti, por exemplo, desapareceram.

“Cinema é a maior diversão” é o *slogan* da Severiano Ribeiro. Dentro do mecanismo de exclusão que está dividindo a sociedade em novas categorias, nas palavras de Luis Carlos Barreto, os “com tela” e os “sem tela”, a chamada propagandística deverá em breve ser acrescentada das palavras “para poucos” (com carro, conta bancária ou cartão de crédito, de preferência com os três requisitos). No Estado de São Paulo, a região metropolitana da capital (São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Barueri) mais Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba concentram esses oásis que, como tais, cobram um alto preço para a sociedade de uns poucos. O processo está em fase de encerramento, se contando nos dedos os municípios ainda passíveis de inclusão (Santos ou Presidente Prudente). O resto, os mais de 600 municípios paulistas ficarão à margem, e não haverá obra de benemerência cultural que os integre à nova realidade.